

Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

**Relatório
de Atividades
e Contas 2025**

lh
li
f
ac
u-

Relatório de Gestão e Atividades

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Phh
M
B
ac
k

Relatório

de Gestão e Atividades

1

RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES DE 2025

I. Enquadramento geral da atividade desenvolvida em 2025

A nível global, o ano de 2025 foi marcado por um contexto económico de grande resiliência, com o PIB mundial a registar um crescimento de 3,4%, que compara com os 3,3% alcançados em 2024, não obstante o quadro de fortes tensões geopolíticas e elevado nível de incerteza, fruto, sobretudo, da continuação dos conflitos armados na Ucrânia e no Médio Oriente e ainda da guerra comercial iniciada pela nova Administração dos EUA, com impacto na volatilidade dos mercados financeiros e no comércio internacional, com o risco de subidas dos preços das matérias-primas e disrupções nas cadeias de abastecimento.

Na Zona Euro, contrariando as expectativas iniciais, a economia apresentou um crescimento de 1,4%, em aceleração face aos 0,9%, de 2024. Esta evolução foi impulsionada pelo desempenho do setor dos serviços e pelo fortalecimento da procura interna, com destaque para o investimento na área do digital, software e inteligência artificial, beneficiando da redução das taxas de juro pelo BCE e da aproximação da inflação à meta dos 2%. Destaca-se, ainda, o aumento transitório das exportações, no primeiro semestre de 2025, resultante da antecipação de encomendas por parte das empresas, face ao anúncio do agravamento das tarifas alfandegárias pelos EUA, com o normal abrandamento no final do ano.

A nível nacional, a economia portuguesa cresceu 1,9%, em 2025, acima da média da Zona Euro, mas abaixo dos 2,1% registados em 2024 e da estimativa do Governo (2%).

A evolução da atividade económica, em 2025, é reflexo, essencialmente, do desempenho favorável do consumo privado e do investimento.

O **consumo privado** cresceu 3,5% (que compara com os 3%, em 2024), beneficiando, sobretudo, da continuação do aumento do rendimento disponível, resultante das medidas governamentais implementadas, relativas às alterações ao IRS e ao aumento das prestações recebidas pelas famílias (principalmente das pensões); do comportamento favorável do mercado de trabalho e da subida de rendimentos como juros, dividendos e rendas.

A taxa de inflação média anual, em Portugal, recuou dos 2,4%, registados em 2024, para 2,3%, em 2025.

Na Zona Euro, a descida da inflação, para 2%, permitiu, ao BCE, prosseguir com a política de cortes nas taxas de juro, ao longo do 1º semestre do ano, fixando-se nos 2,15%, em Junho, depois de ter registado 3,15%, em Dezembro de 2024.

Deste modo, também a redução das taxas de juro, a par da desaceleração da inflação, impactou de forma positiva o rendimento disponível, contribuindo para o crescimento do consumo privado.

No que respeita ao **investimento**, o investimento em ativos fixos, registou, em 2025, um crescimento sólido, de 3,6% (4,2%, no ano anterior), suportado pela melhoria das condições de financiamento e pela execução do PRR.

No que concerne à atividade de **cobrança da compensação equitativa pela Cópia Privada**, levada a cabo pela AGE COP, depois da quebra de 10,59%, registada em 2023, os anos de 2024 e 2025 foram anos de recuperação, tendo-se verificado em 2025 um acréscimo de 10,17%, face ao ano anterior (em desaceleração, comparativamente ao crescimento de 16,81%, registado em 2024).

As receitas pela cópia privada estão associadas ao ciclo de vida dos equipamentos sujeitos, mas as mesmas são também condicionadas por fatores como o poder de compra, o nível de confiança e as condições de financiamento dos agentes económicos, e como a evolução tecnológica e do mercado.

Assim, a decisão de aquisição de equipamentos como computadores, tablets e smartphones, terá, igualmente, beneficiado do já referido aumento do rendimento disponível das famílias e empresas e do aliviar das taxas de juro. E também aqui se poderá ter verificado uma antecipação de compras, tendo em atenção o enquadramento internacional já descrito, por forma a evitar possíveis aumentos significativos de preços de venda e ruturas de abastecimento.

Por outro lado, a integração de funcionalidades de IA nos equipamentos mais recentes, bem como a descontinuação de sistemas operativos poderão, igualmente, ter constituído um catalisador de vendas.

À semelhança dos anos transatos, em 2025, foram registados valores significativos relativos a pedidos de reembolso por exportação, que se refletiram nos montantes cobrados pela Associação e, conseqüentemente, nos valores disponíveis para distribuição.

No que respeita ao contencioso, durante o ano de 2025, continuaram a ser conhecidas decisões favoráveis às posições da AGE COP, não se tendo justificado a constituição de novas reservas.

Quanto à Atividade de Apoio à Fiscalização e Prevenção da Fraude desenvolvida pela AGE COP, em 2025, foram abertos 199 processos e foram efetuadas 86 participações à IGAC. Mantém-se, assim, a necessidade do estabelecimento de procedimentos de fiscalização que permitam aferir a veracidade dos montantes declarados e a promoção de ações de

sensibilização para o cumprimento da Lei junto dos agentes económicos, contribuindo, deste modo, para o combate efetivo à concorrência desleal.

II. Análise das cobranças das compensações equitativas

No que concerne às cobranças das compensações equitativas previstas na Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, efetuadas ao longo do **ano de 2025**, são de destacar os seguintes dados:

- As **compensações equitativas declaradas pelas entidades competentes** e posteriormente debitadas pela **AGECOP** em **2025** (41.056.201,26 euros) representam **mais 10,17%** do que o valor registado em **2024** (com 37.267.097,72 euros). O **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** foi responsável por **82,72%** do total de compensações equitativas debitado (33.960.362,90 euros) e os restantes **17,28%** (7.095.838,36 euros) couberam ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**.
- No que respeita aos **valores recebidos** registaram, em **2025**, o total de 40.516.705,12 euros – **mais 8,64%** do que em **2024** (com 37.295.420,86 euros). O **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** foi responsável por **82,82%** do total recebido (33.557.309,35 euros) e o **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica** por **17,18%** (6.959.395,77 euros).

Os montantes cobrados pela AGE COP, em 2025, acima referidos, refletem os **créditos** concedidos, em resultado do deferimento de **pedidos de reembolso por isenção nas exportações**, no total de 2.027.017,32 euros.

Apresenta-se, de seguida, a evolução dos valores debitados pela AGECOP, no âmbito das compensações equitativas pela cópia privada, previstas na Lei nº 62/98, nos últimos 4 anos (valores em euros).

AGECOP

Compensações equitativas debitadas 2022 – 2025 (Em Euros)

AGECOP - Compensações equitativas debitadas 2022 - 2025	2022	2023	2024	2025
DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL	29 254 529,87	26 053 317,51	30 860 590,31	33 960 362,90
DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA	6 429 817,06	5 851 316,18	6 406 507,41	7 095 838,36
TOTAL	35 684 346,93	31 904 633,69	37 267 097,72	41 056 201,26
	Var. %	2022 - 2023	2023 - 2024	2024 - 2025
		-10,59%	16,81%	10,17%

Passemos agora a uma análise mais detalhada das cobranças verificadas em 2025, para cada um dos Departamentos.

O **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** registou a seguinte evolução:

DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL Compensações equitativas - Lei nº 62/98, de 1 de Setembro

Em Euros

Períodos de referência	Valores debitados		Valores recebidos		Ratio de cobrança %
	2024	2025	2024	2025	
Períodos anteriores	- 172 301,67	787,68	- 117 761,70	39 946,92	
4º trimestre de 2023	8 357 665,09	149,20	8 354 126,36	1 561,02	99,97%
1º trimestre de 2024	8 012 137,87	259,85	8 008 580,57	1 697,59	99,97%
2º trimestre de 2024	7 308 427,80	113,45	7 302 915,40	3 731,63	99,97%
3º trimestre de 2024	7 352 356,43	6 888,06	7 340 973,26	15 880,05	99,97%
4º trimestre de 2024		10 364 333,25		10 362 328,94	99,98%
1º trimestre de 2025		7 742 237,29		7 740 039,75	99,97%
2º trimestre de 2025		7 303 745,81		7 300 862,73	99,96%
3º trimestre de 2025		8 536 721,44		8 083 829,06	94,69%
Juros de mora	2 304,79	5 126,87	299,17	7 431,66	
Total	30 860 590,31	33 960 362,90	30 889 133,06	33 557 309,35	99,28%
Variação anual		3 099 772,59		2 668 176,29	
		10,04%		8,64%	

O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual registou, em **2025**, um total de débitos de compensações equitativas de 33.960.362,90 euros, **mais 10,04%** do que em **2024**.

No que respeita aos valores recebidos, os mesmos totalizaram 33.557.309,35 euros, verificando-se um **acréscimo de 8,64%** face a **2024**.

Relativamente ao rácio de cobrança face aos valores declarados, o mesmo foi de **99,28%**.

Quanto ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, apresentou a seguinte evolução:

DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA
Compensações equitativas - Lei nº 62/98, de 1 de Setembro

Em Euros

Períodos de referência	Valores debitados		Valores recebidos		Ratio de cobrança %
	2024	2025	2024	2025	
Compensações equitativas nº 2, art.º 3º					
Períodos anteriores	243,95		556,15		
Ano 2024	293,05	205,56	293,05	203,88	99,66%
Ano 2025		98,26		93,63	95,29%
Total A	537,00	303,82	849,20	297,51	
Variação anual		-43,42%		-64,97%	
Compensações equitativas nº 4, art.º 3º					
Períodos anteriores	5 912,60	64,79	21 078,51	9 042,61	
4º trimestre de 2023	1 685 515,27	19,00	1 683 774,61	1 432,47	99,98%
1º trimestre de 2024	1 614 990,52	61,52	1 613 255,59	802,37	99,94%
2º trimestre de 2024	1 498 352,53	26,99	1 495 880,74	2 196,20	99,98%
3º trimestre de 2024	1 600 621,06	1 657,12	1 591 398,76	9 367,72	99,91%
4º trimestre de 2024		2 029 060,03		2 028 119,82	99,95%
1º trimestre de 2025		1 639 788,10		1 638 711,15	99,93%
2º trimestre de 2025		1 577 884,90		1 577 083,04	99,95%
3º trimestre de 2025		1 845 637,04		1 690 429,40	91,59%
Juros de mora	578,43	1 335,05	50,39	1 913,48	
Total B	6 405 970,41	7 095 534,54	6 405 438,60	6 959 098,26	
Variação anual		10,76%		8,64%	
Total Departamento (A+B)	6 406 507,41	7 095 838,36	6 406 287,80	6 959 395,77	98,81%
Variação anual		689 330,95		553 107,97	
		10,76%		8,63%	

Em **2025**, o Departamento apresentou um total de débitos de compensações equitativas, de 7.095.838,36 euros, **mais 10,76%** do que em **2024**.

No que respeita aos recebimentos, os mesmos totalizaram, em **2025**, 6.959.395,77 euros, verificando-se um **acréscimo de 8,63%** face a **2024**.

Quanto ao rácio de cobrança relativo aos valores debitados, o mesmo situa-se nos **98,81%**.

III. Distribuição das compensações equitativas

Em **2025**, a AGE COP procedeu à **distribuição das compensações equitativas** recebidas, de acordo com o estabelecido no nº 2, do artigo 7.º da Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei nº 50/2004, de 24 de Agosto, pela Lei nº 49/2015, de 5 de Junho, pelo Decreto-Lei nº 100/2017, de 23 de Agosto e pela Lei nº 2/2020, de 31 de Março.

Assim, em **2025**, foi **distribuída a quantia** total de 31.372.851,19 euros, pelas Associadas dos dois Departamentos que integram a AGE COP:

AGECOP - Compensações equitativas e juros distribuídos - 2025	
TOTAL	31 372 851,19
DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL 1)	26 963 884,81
DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA 2)	4 408 966,38

1) Distribuição de quantias recebidas entre 05/12/2024 e 10/12/2025.

2) Distribuição de quantias recebidas entre 05/12/2024 e 10/12/2025.

Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

No ano em análise, foram efetuadas distribuições das compensações equitativas disponíveis, no **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, em **Junho** e em **Dezembro**, tendo sido distribuídas as quantias recebidas de 5 de Dezembro de 2024 a 10 de Dezembro de 2025.

Deste modo, foi **distribuída pelas Associadas deste Departamento** a quantia total de **26.963.884,81 euros**, de acordo com as proporções estabelecidas na Lei, os resultados do estudo realizado pela Marktest, o acordado entre os produtores e também o deliberado em sede de reunião de Direção, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL	
MONTANTES DAS COMPENSAÇÕES EQUITATIVAS DISTRIBUÍDOS ÀS ASSOCIADAS, EM 2025	
	Distribuição do recebido 05/12/2024 - 10/12/2025
Total apurado para distribuição	26 963 884,81
Total entregue	26 963 884,81
ASSOCIADAS	
SPA (Autores)	10 785 553,95
GDA (Artistas, intérpretes ou executantes)	8 089 165,43
Produtores de videogramas ou de fonogramas	8 089 165,43
GEDIPE (Produtores audiovisuais)	3 462 232,34
AUDIOGEST (Produtores musicais)	4 626 933,09

Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica

No que respeita ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, em **2025**, foi efetuada a distribuição das compensações equitativas disponíveis, às Associadas deste Departamento, em **Junho** e em **Dezembro**, das quantias recebidas entre 5 de Dezembro de 2024 e 10 de Dezembro de 2025.

Assim, foi **distribuída a quantia** total de 4.408.966,38 euros, estando os valores apurados de acordo com as proporções estabelecidas na Lei, os resultados do estudo realizado pela Marktest, os acordos estabelecidos entre as Associadas do Departamento e também o deliberado em sede de reunião de Direção, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA	
MONTANTES DAS COMPENSAÇÕES EQUITATIVAS DISTRIBUÍDOS ÀS ASSOCIADAS, EM 2025	
	Distribuição do recebido 05/12/2024 - 10/12/2025
Total apurado para distribuição	5 586 388,77
Total entregue	4 408 966,38
ASSOCIADAS	
Autores	1 615 771,99
SPA (Livros)	1 615 771,99
Editores	2 793 194,39
APEL (Livros)	1 615 772,00
VISAPRESS (Publicações periódicas)	1 177 422,39

Nota: A distribuição da verba apurada para "Autores - Publicações periódicas", de 1.177.422.39 euros, foi suspensa, conforme deliberação da Direção, de 24/04/2024.

A distribuição será efetuada quando estiverem reunidas as condições necessárias para o efeito.

IV. Fundo Cultural

Em 2025, a AGE COP, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 7º da Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, afetou **20%** do valor total das compensações equitativas recebidas ao **Fundo Cultural**, destinado a "*ações de incentivo à actividade cultural e à investigação e divulgação dos direitos de autor e direitos conexos*".

Deste modo, os **valores afetos ao Fundo Cultural**, no exercício de **2025**, foram os seguintes (em euros):

AGECOP - Valores afetos ao Fundo Cultural, no exercício de 2025		
	Total Recebido	Valor afeto ao Fundo Cultural 20%
DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL		
Nº 4 do artigo 3º da Lei 62/98	33 557 309,35	6 711 461,86
Total (A)	33 557 309,35	6 711 461,86
DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA		
Tarifa anual - nº 2 do art.º 3º da Lei 62/98	297,51	59,50
Nº 4 do artigo 3º da Lei 62/98	6 959 098,26	1 391 819,65
Total (B)	6 959 395,77	1 391 879,15
TOTAL (A+B)	40 516 705,12	8 103 341,01

No que respeita às **disponibilizações e utilizações de Fundo Cultural**, em **2025**, foram disponibilizadas as quantias relativas ao recebido entre 05 de Dezembro de 2024 e 10 de Dezembro de 2025.

Assim, foi **disponibilizado**, às **Associadas** da AGECOP, o total de 7.843.214,41 euros e foi **utilizado** o total de 6.550.609,36 euros, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP - Fundo Cultural - Totais disponibilizados e utilizados - 2025		
	Disponibilizado	Utilizado
TOTAL	7 843 214,41	6 550 609,36
DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL 1)	6 740 971,18	5 117 818,44
DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA 2)	1 102 243,23	1 432 790,92

1) No disponibilizado, estão quantias recebidas entre 05/12/2024 e 10/12/2025.

2) No disponibilizado, estão quantias recebidas entre 05/12/2024 e 10/12/2025.

O utilizado inclui quantias disponibilizadas em anos anteriores.

Todo o processo de disponibilização das verbas relativas ao Fundo Cultural e da respetiva prestação de contas por parte das Associadas é auditado pelo Revisor Oficial de Contas, da AGE COP, nos termos da Lei, dos Estatutos e do Regulamento do Fundo Cultural.

Apresentamos, de seguida, o detalhe por Departamento.

Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

Em 2025 foi efetuada a disponibilização, às Associadas do **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, das quantias afetas ao **Fundo Cultural**, cobradas, de 5 de Dezembro de 2024 a 10 de Dezembro 2025, e dos juros das aplicações financeiras realizadas.

Deste modo, foi **disponibilizada às Associadas** deste Departamento a quantia total de **6.740.971,18 euros**, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL	
FUNDO CULTURAL - MONTANTES DISPONIBILIZADOS ÀS ASSOCIADAS, EM 2025	
	Disponibilização do recebido 05/12/2024 - 10/12/2025
Total apurado para disponibilização	6 740 971,18
Total entregue	6 740 971,18
ASSOCIADAS	
SPA (Autores)	2 696 388,48
GDA (Artistas, intérpretes ou executantes)	2 022 291,35
Produtores de videogramas ou de fonogramas	2 022 291,35
GEDIFE (Produtores audiovisuais)	865 558,08
AUDIOGEST (Produtores musicais)	1 156 733,27

A utilização do Fundo Cultural pelas Associadas do Departamento, em 2025, ascendeu a 5.117.818,44 euros, conforme o quadro seguinte (valores em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL FUNDO CULTURAL - MONTANTES UTILIZADOS PELAS ASSOCIADAS, EM 2025	
	Montantes utilizados Fundo Cultural
Total	5 117 818,44
ASSOCIADAS	
SPA (Autores)	2 053 239,09
GDA (Artistas, intérpretes ou executantes)	1 875 239,88
Produtores de videogramas ou de fonogramas	
GEDIBE (Produtores audiovisuais)	827 820,79
AUDIOGEST (Produtores musicais)	361 518,68

Nota: O detalhe da utilização do Fundo Cultural, por cada uma das Associadas do Departamento, pode ser encontrado no "Relatório sobre a utilização dos montantes do Fundo Cultural - 2025", parte integrante do "Relatório anual sobre a transparência - 2025".

Quanto aos **montantes disponibilizados** às Associadas deste Departamento e ainda **não utilizados**, a posição a 31 de Dezembro de 2025 era conforme o quadro abaixo (valores em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL Fundo Cultural - Quantias disponibilizadas e utilizadas - posição a 31/12/2025							
Associadas	Valor total por utilizar a 31/12/2024	Valores disponibilizados em 2025			Valores utilizados em 2025	Valor total por utilizar a 31/12/2025 ¹⁾	Valores anteriores a 2025 por utilizar
		Junho	Dezembro	Total			
SPA	1 611 201,75	1 455 299,80	1 241 088,68	2 696 388,48	2 053 239,09	2 254 351,14	-
GDA	4 769 166,05	1 091 474,84	930 816,51	2 022 291,35	1 875 239,88	4 993 107,62	2 893 926,17
GEDIBE	2 023 238,21	456 975,87	408 582,21	865 558,08	827 820,79	2 060 975,50	1 195 417,42
AUDIOGEST	3 059 914,54	634 498,97	522 234,30	1 156 733,27	361 518,68	3 855 129,13	2 698 395,86
TOTAL	11 463 520,55	3 638 249,48	3 102 721,70	6 740 971,18	5 117 818,44	13 163 563,39	6 787 739,45

1) O valor total por utilizar, da Associada GDA, inclui 76.890,10 euros de juros bancários das aplicações do Fundo Cultural.

Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica

Relativamente ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, em **2025**, foi efetuada a disponibilização de **Fundo Cultural**, relativo às quantias cobradas, de 5 de Dezembro de 2024 a 10 de Dezembro de 2025, e dos juros das aplicações financeiras realizadas.

Assim, a quantia total **disponibilizada**, às **Associadas** deste Departamento, ascendeu a **1.102.243,23 euros**, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA FUNDO CULTURAL - MONTANTES DISPONIBILIZADOS ÀS ASSOCIADAS, EM 2025	
	Disponibilização do recebido 05/12/2024 - 10/12/2025
Total apurado para disponibilização	1 396 599,26
Total entregue	1 102 243,23
ASSOCIADAS	
Autores	403 943,60
SPA (Livros)	403 943,60
Editores	698 299,63
APEL (Livros)	403 943,60
VISAPRESS (Publicações periódicas)	294 356,03

Nota: A disponibilização da verba apurada para "Autores - Publicações periódicas", de 294.356,03 euros, foi suspensa, conforme deliberação da Direção, de 24/04/2024.

A disponibilização será efetuada quando estiverem reunidas as condições necessárias para o efeito.

A **utilização do Fundo Cultural** pelas Associadas do Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica, em **2025**, totalizou **1.432.790,92 euros**, conforme o quadro abaixo (valores em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA FUNDO CULTURAL - MONTANTES UTILIZADOS PELAS ASSOCIADAS, EM 2025	
	Montantes utilizados Fundo Cultural
Total	1 432 790,92
ASSOCIADAS	
Autores	
SPA (Livros)	540 301,07
Editores	
APEL (Livros)	404 886,33
VISAPRESS (Publicações periódicas)	487 603,52

Nota: O detalhe da utilização do Fundo Cultural, por cada uma das Associadas do Departamento, pode ser encontrado no "Relatório sobre a utilização dos montantes do Fundo Cultural - 2025", parte integrante do "Relatório anual sobre a transparência - 2025".

No que concerne às **quantias disponibilizadas** às Associadas do Departamento, e ainda **não utilizadas**, a posição a 31 de Dezembro de 2025 era a seguinte (valores em euros):

AGECOP - DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA							
Fundo Cultural - Quantias disponibilizadas e utilizadas - posição a 31/12/2025							
Associadas	Valor total por utilizar a 31/12/2024	Valores disponibilizados em 2025			Valores utilizados em 2025	Valor total por utilizar a 31/12/2025	Valores anteriores a 2025 por utilizar
		Junho	Dezembro	Total			
SPA	438 042,52	211 840,19	192 103,41	403 943,60	540 301,07	301 685,05	-
APEL	18 450,01	211 840,19	192 103,41	403 943,60	404 886,33	17 507,28	-
VISAPRESS	326 860,70	155 499,30	138 856,73	294 356,03	487 603,52	133 613,21	-
TOTAL	783 353,23	579 179,68	523 063,55	1 102 243,23	1 432 790,92	452 805,54	-

V. Rendimentos

Em 2025, os **rendimentos** da Associação totalizaram 422.077,58 euros e resultaram da cobrança de quotas às suas Associadas, correspondendo 349.578,97 euros ao Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual e 72.498,61 euros ao Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica.

VI. Gastos

Os **gastos**, no exercício de 2025, ascenderam a 422.077,58 euros. A respetiva estrutura e comparativo face a 2024 é a seguinte:

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

- 15 -

AGECOP - ESTRUTURA DOS GASTOS	2025	%	2024	%	Var.	Var. %
TOTAL	422 077,58	100,00%	427 311,78	100,00%	- 5 234,20	-1,22%
Fornecimentos e serviços externos	277 097,78	65,65%	289 207,64	67,68%	- 12 109,86	-4,19%
Trabalhos especializados	178 575,41	42,31%	187 744,28	43,94%	- 9 168,87	-4,88%
Honorários	80 930,25	19,17%	83 241,37	19,48%	- 2 311,12	-2,78%
Conservação e reparação	1 099,68	0,26%	1 244,97	0,29%	- 145,29	-11,67%
Serviços bancários e financeiros	897,43	0,21%	865,08	0,20%	32,35	3,74%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Material de escritório	303,30	0,07%	469,22	0,11%	- 165,92	-35,36%
Electricidade	808,26	0,19%	919,00	0,22%	- 110,74	-12,05%
Água	274,87	0,07%	286,00	0,07%	- 11,13	-3,89%
Outros combustíveis (gás)	21,98	0,01%	21,49	0,01%	0,49	2,28%
Transporte de pessoal	842,05	0,20%	828,55	0,19%	13,50	1,63%
Rendas isentas	10 679,15	2,53%	10 415,15	2,44%	264,00	2,53%
Rendas e alugueres	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Comunicação	1 796,95	0,43%	2 162,18	0,51%	- 365,23	-16,89%
Seguros	97,38	0,02%	97,38	0,02%	-	0,00%
Contencioso e notariado	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Despesas de representação	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Limpeza, higiene e conforto	484,55	0,11%	444,51	0,10%	40,04	9,01%
Outros serviços	286,52	0,07%	468,46	0,11%	- 181,94	-38,84%
Gastos com o pessoal	144 952,81	34,34%	137 646,59	32,21%	7 306,22	5,31%
Remunerações do pessoal	116 128,87	27,51%	110 417,22	25,84%	5 711,65	5,17%
Segurança Social	24 845,83	5,89%	23 634,04	5,53%	1 211,79	5,13%
Outros encargos sobre remunerações - FCT	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Seguros - Acidentes de Trabalho	1 048,90	0,25%	982,51	0,23%	66,39	6,76%
Outros gastos	185,28	0,04%	235,28	0,06%	- 50,00	-21,25%
Seguros - Saúde	2 743,93	0,65%	2 377,54	0,56%	366,39	15,41%
Gastos de depreciação e de amortizações	26,99	0,01%	457,55	0,11%	- 430,56	-94,10%
Outros gastos e perdas	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Outros gastos	-	0,00%	-	0,00%	-	-

Comparativamente a 2024, verifica-se um decréscimo nos gastos da Associação, de 5.234,20 euros (menos 1,22%). Esta redução deve-se, sobretudo, à variação registada nas rubricas de "trabalhos especializados" (menos 9.168,87 euros, - 4,88%) e de "honorários" (menos 2.311,12 euros, - 2,78%), respeitando, essencialmente, a serviços jurídicos e refletindo a redução de processos em Tribunal.

VII. Execução Orçamental

Em **2025**, os **custos de funcionamento** da AGE COP totalizaram **422.077,58 euros**, representando uma **execução de 71,00%** do valor do respetivo orçamento (**594.455,33 euros**), ficando, assim, **abaixo do total orçamentado em 29,00%** (**172.377,75 euros**).

Quanto ao **peso relativo de cada rubrica no total executado** em 2025, destacam-se as seguintes rubricas: gastos com o pessoal (34,54%) contencioso/serviços jurídicos (31,09%), e fiscalização e apoio à cobrança (24,57%).

O detalhe da execução consta do **anexo 1**.

O montante dos **custos de funcionamento**, de **2025**, representa **1,03%** do valor total dos **débitos** das compensações equitativas registado (**41.056.201,26 euros**) e **1,04%** do **total recebido** (**40.516.705,12 euros**), cumprindo, largamente, com o limite máximo estabelecido na Lei, para este efeito (20%).

Os custos de funcionamento são integralmente cobertos pelo pagamento de quotas, por parte das Associadas da AGE COP. Quanto à respetiva imputação por Departamento, a mesma é efetuada de acordo com a contribuição de cada um para o total recebido no exercício.

Deste modo, o **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** deve suportar o montante de **349.578,97 euros (82,82%)**, cabendo ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica** o montante de **72.498,61 euros (17,18%)**.

VIII. Contabilidade, fiscalidade e contingências

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada. Não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem à Autoridade Tributária.

No que concerne a possíveis contingências e à avaliação da necessidade de constituição de reservas, é de ter em consideração que, à data do balanço, corriam termos, em Tribunal, dois processos apresentados por entidades requerentes de reembolso de compensações equitativas, por isenção nas exportações, após indeferimento por parte da AGECOP.

Seguindo uma posição de prudência, mantiveram-se as reservas existentes, de modo a cobrir a totalidade da contingência, dada a natureza destes processos e existindo apenas uma decisão proferida em primeira instância, parcialmente favorável à AGECOP e, considerando, ainda, que nenhum desses processos tinha o seu mérito conhecido a final pelo Tribunal.

É de referir, no entanto, que, à data de elaboração deste relatório, os processos em questão se encontram extintos, por desistência dos autores, em Maio de 2026.

IX. Resultados

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efetua qualquer proposta de aplicação de resultados.



X. Agradecimentos

A Direção agradece a todos os funcionários e colaboradores por todo o seu empenhamento e dedicação, bem como aos membros dos restantes órgãos sociais e Associadas que acompanharam em permanência a atividade da AGE COP.

A Direção salienta o cumprimento por todas as entidades que, através das suas Declarações trimestrais, têm fornecido, nos termos da Lei, a informação para a cobrança das compensações equitativas. De igual modo, reconhece as contribuições que a IGAC e restantes entidades que participam nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Lei da Cópia Privada tiveram na atividade da Associação.

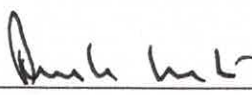
Lisboa, 14 de Julho de 2026

A Direção

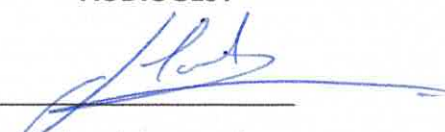
SPA


(João David Nunes)

GEDIFE


(Paulo Santos)

AUDIOGEST


(Miguel Carretas)

GDA


(Teresa Afonso)

VISAPRESS


(Carlos Eugénio)

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

ANEXO 1 - Execução do orçamento de exploração do período de 2025

Rubricas	Valores em Euros		Execução a 31/12/2025				Comparativo 2024/2025						
	Orçamento de 2025	%	Execução 2025		Por executar	Grau execução	Orçamento de 2024	%	Execução 2024		Grau execução	Variação execução 2024/2025	
				%	2025	%			2024	%	2024	B-D	(B-D)/D
A	B	A-B	B/A	C	D	D/C	B-D	(B-D)/D					
Rendimentos													
Quotas	594 455,33	100,00%	422 077,58	100,00%	172 377,75	71,00%	582 786,03	100,00%	427 311,78	100,00%	73,32%	-5 234,20	-1,22%
Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual	491 359,38	82,66%	349 578,97	82,82%	141 780,41	71,15%	475 179,35	81,54%	353 911,82	82,82%	74,48%	-4 332,85	-1,22%
Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica	103 095,95	17,34%	72 498,61	17,18%	30 597,34	70,32%	107 606,68	18,46%	73 399,96	17,18%	68,21%	-901,35	-1,23%
Total de rendimentos	594 455,33	100,00%	422 077,58	100,00%	172 377,75	71,00%	582 786,03	100,00%	427 311,78	100,00%	73,32%	-5 234,20	-1,22%
Gastos													
Gastos com o pessoal	145 475,72	24,48%	145 794,86	34,54%	-319,14	100,22%	138 286,94	23,74%	138 475,14	32,41%	100,14%	7 319,72	5,29%
Vencimentos	115 316,95	19,40%	116 128,87	27,51%	-811,92	100,70%	109 772,84	18,84%	110 417,22	25,84%	100,59%	5 711,65	5,17%
Segurança social	24 664,81	4,15%	24 845,83	5,89%	-181,02	100,73%	23 490,29	4,03%	23 634,04	5,53%	100,61%	1 211,79	5,13%
Outros vencimentos e encargos	1 320,00	0,22%	842,05	0,20%	477,95	63,79%	1 320,00	0,23%	878,55	0,21%	66,56%	-36,50	-4,15%
Seguros de saúde	2 900,00	0,49%	2 743,93	0,65%	156,07	94,62%	2 500,00	0,43%	2 377,54	0,56%	95,10%	366,39	15,41%
Acidentes de trabalho	1 063,96	0,18%	1 048,90	0,25%	15,06	98,58%	993,80	0,17%	982,51	0,23%	98,86%	66,39	6,76%
Medicina, higiene e segurança	210,00	0,04%	185,28	0,04%	24,72	88,23%	210,00	0,04%	185,28	0,04%	88,23%	0,00	0,00%
Sede	32 031,11	5,39%	13 779,40	3,26%	18 251,71	43,02%	28 690,31	4,92%	14 154,51	3,31%	49,34%	-375,11	-2,65%
Renda	10 679,15	1,80%	10 679,15	2,53%	0,00	100,00%	10 415,15	1,79%	10 415,15	2,44%	100,00%	264,00	2,53%
Mobiliário e obras	2 000,00	0,34%	0,00	0,00%	2 000,00	0,00%	2 000,00	0,34%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Água, electricidade e gás	1 612,84	0,27%	1 141,35	0,27%	471,49	70,77%	1 536,04	0,26%	1 262,73	0,30%	82,21%	-121,38	-9,61%
Limpeza	2 199,12	0,37%	484,55	0,11%	1 714,57	22,03%	2 199,12	0,38%	444,51	0,10%	20,21%	40,04	9,01%
Amortizações/depreciações	13 000,00	2,19%	26,99	0,01%	12 973,01	0,21%	10 000,00	1,72%	457,55	0,11%	4,58%	-430,56	-94,10%
Outras despesas de escritório	2 540,00	0,43%	1 447,36	0,34%	1 092,64	56,98%	2 540,00	0,44%	1 574,57	0,37%	61,99%	-127,21	-8,08%
Comunicações	6 200,00	1,04%	2 100,25	0,50%	4 099,75	33,88%	6 200,00	1,06%	2 631,40	0,61%	42,44%	-531,15	-20,19%
Economato e correios	3 000,00	0,50%	925,40	0,22%	2 074,60	30,85%	3 000,00	0,51%	1 470,88	0,34%	49,03%	-545,48	-37,09%
Telecomunicações	2 000,00	0,34%	1 174,85	0,28%	825,15	58,74%	2 000,00	0,34%	1 160,52	0,27%	58,03%	14,33	1,23%
Estacionamento	1 200,00	0,20%	0,00	0,00%	1 200,00	0,00%	1 200,00	0,21%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Diversos	1 500,00	0,25%	897,41	0,21%	602,59	59,83%	1 500,00	0,26%	1 065,08	0,25%	71,01%	-167,67	-15,74%
Outros	1 500,00	0,25%	897,41	0,21%	602,59	59,83%	1 500,00	0,26%	1 065,08	0,25%	71,01%	-167,67	-15,74%
Comunicação Institucional	5 000,00	0,84%	0,00	0,00%	5 000,00	0,00%	5 000,00	0,86%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Comunicação institucional	5 000,00	0,84%	0,00	0,00%	5 000,00	0,00%	5 000,00	0,86%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Estudos e pareceres	40 000,00	6,73%	0,00	0,00%	40 000,00	0,00%	40 000,00	6,86%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Estudos	20 000,00	3,36%	0,00	0,00%	20 000,00	0,00%	20 000,00	3,43%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Pareceres	20 000,00	3,36%	0,00	0,00%	20 000,00	0,00%	20 000,00	3,43%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Contencioso/serviços jurídicos	193 500,00	32,55%	131 237,89	31,09%	62 262,11	67,82%	193 500,00	33,20%	145 597,16	34,07%	75,24%	-14 359,27	-9,86%
Contencioso/serviços jurídicos	193 500,00	32,55%	131 237,89	31,09%	62 262,11	67,82%	193 500,00	33,20%	145 597,16	34,07%	75,24%	-14 359,27	-9,86%
Fiscalização e apoio à cobrança	104 120,00	17,52%	103 689,00	24,57%	431,00	99,59%	104 120,00	17,87%	103 689,00	24,27%	99,59%	0,00	0,00%
Fiscalização e apoio à cobrança	104 120,00	17,52%	103 689,00	24,57%	431,00	99,59%	104 120,00	17,87%	103 689,00	24,27%	99,59%	0,00	0,00%
Despesas de representação/deslocações	3 000,00	0,50%	0,00	0,00%	3 000,00	0,00%	3 000,00	0,51%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Despesas de representação	1 000,00	0,17%	0,00	0,00%	1 000,00	0,00%	1 000,00	0,17%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Deslocações e estadas	2 000,00	0,34%	0,00	0,00%	2 000,00	0,00%	2 000,00	0,34%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Consultoria e serviços externos	63 628,50	10,70%	24 578,77	5,83%	39 049,73	38,63%	62 488,79	10,72%	21 699,49	5,08%	34,73%	2 879,28	13,27%
Site e manutenção	13 570,00	2,28%	1 509,21	0,36%	12 060,79	11,12%	12 659,80	2,17%	1 507,98	0,35%	11,91%	1,23	0,08%
Software PHC e outros + sistema declarativo	8 920,90	1,50%	5 050,06	1,20%	3 870,84	56,61%	8 691,39	1,49%	4 053,91	0,95%	46,64%	996,15	24,57%
Revisores Oficiais de Contas	12 669,00	2,13%	12 669,00	3,00%	0,00	100,00%	12 669,00	2,17%	12 669,00	2,96%	100,00%	0,00	0,00%
Assistência informática	3 468,60	0,58%	3 468,60	0,82%	0,00	100,00%	3 468,60	0,60%	3 468,60	0,81%	100,00%	0,00	0,00%
Consultoria	20 000,00	3,36%	1 881,90	0,45%	18 118,10	9,41%	20 000,00	3,43%	0,00	0,00%	0,00%	1 881,90	9,41%
Outros	5 000,00	0,84%	0,00	0,00%	5 000,00	0,00%	5 000,00	0,86%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Diversos													
Diversos													
Total de gastos	594 455,33	100,00%	422 077,58	100,00%	172 377,75	71,00%	582 786,03	100,00%	427 311,78	100,00%	73,32%	-5 234,20	-1,22%

PERCENTAGEM DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO NO TOTAL DAS RECEITAS

Execução orçamento 2025 - (A)	422 077,58
Total compensações equitativas debitadas em 2025 - (B)	41 056 201,26
% Execução orçamento 2025/debitado 2025 - (A/B)	1,03%
Total recebido de compensações equitativas 2025 - (C)	40 516 705,12
% Execução orçamento 2025/ recebido 2025 - (A/C)	1,04%

Ad

Ad
ts
uh
uh

Balanço

2



Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	22,46	49,45
Ativos intangíveis	6	3 690,00	3 690,00
Outros créditos e ativos não correntes		2 014,49	2 014,49
		5 726,95	5 753,94
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	719 411,10	177 347,24
Diferimentos		6 678,12	6 583,56
Caixa e depósitos bancários	4	4 623 672,88	3 167 427,21
		5 349 762,10	3 351 358,01
Total do ativo		5 355 489,05	3 357 111,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Dotação inicial	8	2 494,00	2 494,00
Resultados transitados	8	23 395,71	23 395,71
		25 889,71	25 889,71
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00
Total dos fundos patrimoniais		25 889,71	25 889,71
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	10 192,71	7 605,97
Estado e outros entes públicos	10	6 654,13	6 387,34
Outros passivos correntes	9	5 312 752,50	3 317 228,93
		5 329 599,34	3 331 222,24
Total do passivo		5 329 599,34	3 331 222,24
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 355 489,05	3 357 111,95

Direção

Contabilista Certificado






Anal
Hil
W
W

Demonstração de Resultados por Naturezas

3

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

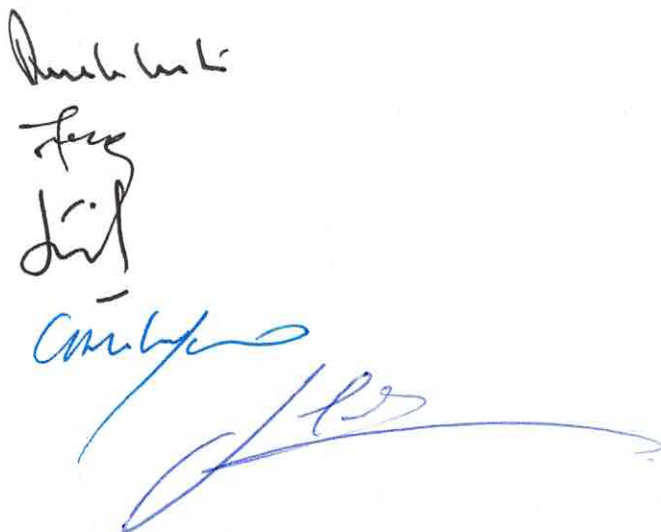
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

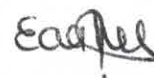
EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fornecimentos e serviços externos	12	-277 097,78	-289 207,64
Gastos com o pessoal	13	-144 952,81	-137 646,59
Outros rendimentos	11	422 077,58	427 311,78
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26,99	457,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-26,99	-457,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Direção

Contabilista Certificado





Wh
H d
ul
m

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		33 557 309,35	30 889 133,06
Reprografia		6 959 395,77	6 406 287,80
Recebimentos de quotas		424 400,25	440 664,35
Pagamentos de direitos			
Audiovisual		-26 963 884,81	-25 021 107,43
Reprografia		-4 408 966,38	-4 084 701,47
Disponibilização de fundo cultural - valores entregues		-7 843 214,41	-7 276 453,58
Pagamentos a fornecedores		-273 900,23	-283 611,77
Pagamentos ao pessoal		-144 357,47	-136 937,51
Caixa gerada pelas operações		1 306 782,07	933 273,45
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros pagamentos/recebimentos relativos à atividade operacional		149 463,60	183 371,43
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 456 245,67	1 116 644,88
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 456 245,67	1 116 644,88
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3 167 427,21	2 050 782,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4 623 672,88	3 167 427,21

Direção

Contabilista Certificado

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

Anh
Hil tr
Lil
An

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

5

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Alh
tz
lu

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

EURO

DESCRIÇÃO	2025	2024	%
Disponibilização de fundo cultural:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
SPA	2 696 388,48	2 502 110,73	40,00%
GDA	2 022 291,35	1 876 583,04	30,00%
GEDIPE	865 558,08	778 140,25	12,84%
AUDIOGEST	1 156 733,27	1 098 442,79	17,16%
Subtotal	6 740 971,18	6 255 276,81	100,00%
Departamento de cópia gráfica e reprográfica:			
SPA	403 943,60	373 223,73	36,65%
APEL	403 943,60	373 223,75	36,65%
VISAPRESS	294 356,03	274 729,29	26,71%
Subtotal	1 102 243,23	1 021 176,77	100,00%
Totais	7 843 214,41	7 276 453,58	
Juros das aplicações do fundo cultural:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
GDA	76 890,10	81 332,29	
Subtotal	76 890,10	81 332,29	
Departamento de cópia gráfica e reprográfica:			
Subtotal	0,00	0,00	
Totais	76 890,10	81 332,29	
Utilização de fundo cultural:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
SPA	2 053 239,09	2 574 711,29	
GDA	1 875 239,88	1 233 926,58	
GEDIPE	827 820,79	689 123,10	
AUDIOGEST	361 518,68	251 267,05	
Subtotal	5 117 818,44	4 749 028,02	
Departamento de cópia gráfica e reprográfica:			
SPA	540 301,07	419 651,84	
APEL	404 886,33	386 070,20	
VISAPRESS	487 603,52	340 308,64	
Subtotal	1 432 790,92	1 146 030,68	
Totais	6 550 609,36	5 895 058,70	
Valores não executados:			
Departamento de cópia sonora e audiovisual:			
SPA		2 254 351,14	
GDA		4 993 107,62	
GEDIPE		2 060 975,50	
AUDIOGEST		3 855 129,13	
Subtotal		13 163 563,39	
Departamento de cópia gráfica e reprográfica:			
SPA		301 685,05	
APEL		17 507,28	
VISAPRESS		133 613,21	
Subtotal		452 805,54	
Total		13 616 368,93	

Direção

[Handwritten signature]

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Alh
Ad
R
cu
u.

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

6

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE				TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
		DOTAÇÃO INICIAL	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	
Posição no início do período 2024	6	8	23 395,71	0,00	25 889,71	25 889,71
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8			0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no início do período 2024	6+7+8+10	8	23 395,71	0,00	25 889,71	25 889,71

Direção

Contabilista Certificado

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE				TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
		1	8	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	
Posição no início do período 2025		1	8	23 395,71	0,00	25 889,71
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		2		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		3			0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL		4=2+3			0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações		5		0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2025		6=1+2+3+5	8	23 395,71	0,00	25 889,71

Direção

Contabilista Certificado

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]

hh
H
GL
h-

Anexo às Demonstrações Financeiras

7

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2025

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
- 2 – Sede: Avenida Estados Unidos da América, 94, 7º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa
- 3 – Natureza da atividade: A cobrança, gestão e distribuição das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, na atual redação dada pela Lei n.º 49/2015, de 5 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto e pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março.

A Associação tem o número de pessoa coletiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2025.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portarias n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações/amortizações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	8 anos
Programas de computador	3 anos
Outros ativos intangíveis	3 anos

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes

receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Impostos sobre o rendimento

A Associação solicitou a isenção de IRC, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC, tendo obtido decisão favorável por parte do Tribunal Tributário de Lisboa. No entanto, a AT interpôs recurso em junho de 2022, que ainda não se encontra decidido.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento da sua atividade e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela Associação, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia das principais entidades contribuintes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Os depósitos bancários incluem a quantia de 12.046,90 euros (saldo atual), que se encontra a caucionar uma garantia descrita na nota 14.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2025	2024
Numerário	14,29	10,29
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.594.871,79	3.138.632,31
Outras disponibilidades	28.786,80	28.784,61
Caixa e seus equivalentes	4.623.672,88	3.167.427,21
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	4.623.672,88	3.167.427,21
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Exercício de 2025

Movimentos	Rubricas			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	34.048,18	3.061,81	39.929,99
Depreciação acumulada	-2.820,00	-34.048,18	-3.012,36	-39.880,54
Valor líquido inicial	0,00	0,00	49,45	49,45
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	0,00	-26,99	-26,99
Regularização amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	0,00	0,00	-26,99	-26,99
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	34.048,18	3.061,81	39.929,99
Depreciação acumulada	-2.820,00	-34.048,18	-3.039,35	-39.907,53
Valor líquido final	0,00	0,00	22,46	22,46

Exercício de 2024

Movimentos	Rubricas			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	34.048,18	3.061,81	39.929,99
Depreciação acumulada	-2.820,00	-34.031,14	-2.985,37	-39.836,51
Valor líquido inicial	0,00	17,04	76,44	93,48
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-17,04	-26,99	-44,03
Regularização amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	0,00	-17,04	-26,99	-44,03
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	34.048,18	3.061,81	39.929,99
Depreciação acumulada	-2.820,00	-34.048,18	-3.012,36	-39.880,54
Valor líquido final	0,00	0,00	49,45	49,45

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

hh
til R
uh
pi

Exercício de 2025

Movimentos	Rubricas			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	16.997,76	13.345,50	3.690,00	34.033,26
Depreciação acumulada	-16.997,76	-13.345,50	0,00	-30.343,26
Valor líquido inicial	0,00	0,00	3.690,00	3.690,00
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final:				
Valor de aquisição	16.997,76	13.345,50	3.690,00	34.033,26
Depreciação acumulada	-16.997,76	-13.345,50	0,00	-30.343,26
Valor líquido final	0,00	0,00	3.690,00	3.690,00

Exercício de 2024

Movimentos	Rubricas			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	16.997,76	13.345,50	3.690,00	34.033,26
Depreciação acumulada	-16.584,24	-13.345,50	0,00	-29.929,74
Valor líquido inicial	413,52	0,00	3.690,00	4.103,52
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-413,52	0,00	0,00	-413,52
Total de movimentos	-413,52	0,00	0,00	-413,52
Saldo final:				
Valor de aquisição	16.997,76	13.345,50	3.690,00	34.033,26
Depreciação acumulada	-16.997,76	-13.345,50	0,00	-30.343,26
Valor líquido final	0,00	0,00	3.690,00	3.690,00

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

7. Créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2025	2024
Cientes conta corrente:		
Entidades audiovisuais	681.346,15	141.183,42
Entidades reprografia	246,86	246,12
Cientes de cobrança duvidosa:		
Entidades audiovisuais	5.754,24	19.140,75
Entidades reprografia	1.183,65	1.183,65
Devedores por acréscimos	30.859,52	15.572,62
Outros devedores	20,68	20,68
Total bruto	719.411,10	177.347,24
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	719.411,10	177.347,24

8. Fundos patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2024 e 2025, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.


 TB
 GL
 M

9. Fornecedores e outros passivos correntes:

9.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2025	2024
Fornecedores conta corrente	10.192,71	7.605,97
Total	10.192,71	7.605,97

A rubrica de outros passivos correntes apresenta-se como segue:

Natureza	2025	2024
Credores por acréscimos	192.015,68	173.372,19
	192.015,68	173.372,19
Outros credores:		
Remunerações devidas (a)	689.537,71	169.182,32
Direitos a distribuir	2.277.382,83	1.122.803,82
Juros a distribuir	75.652,34	65.160,89
Fundo cultural	588.411,42	297.041,16
Processo do IVA	83.189,29	83.189,29
Reserva ad hoc (b)	1.405.980,50	1.405.980,50
Outros	582,73	498,76
	5.120.736,82	3.143.856,74
Total	5.312.752,50	3.317.228,93

(a) Valores debitados ainda não cobrados.

(b) Reserva para processos em contencioso e outras quantias reclamadas por terceiros.

10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2025		2024	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	4.213,28	0,00	4.062,75
Contribuições para a Segurança Social	0,00	2.440,85	0,00	2.324,59
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	6.654,13	0,00	6.387,34

11. Rédito:

11.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos.

11.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2025	2024
Outros rendimentos:		
Quotas	422.077,58	427.311,78
Fundo Cultural	0,00	0,00
Total de outros rendimentos	422.077,58	427.311,78

12. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2025	2024
Trabalhos especializados	178.575,41	187.744,28
Honorários	80.930,25	83.241,37
Rendas e alugueres	10.679,15	10.415,15
Comunicação	1.796,95	2.162,18
Conservação e reparação	1.099,68	1.244,97
Eletricidade	808,26	919,00
Serviços bancários	897,43	865,08
Deslocações e estadas e transportes	842,05	828,55
Limpeza, higiene e conforto	484,55	444,51
Diversos	984,05	1.342,55
Total	277.097,78	289.207,64

13. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2025	2024
Remunerações	116.128,87	110.417,22
Encargos sobre remunerações	24.845,83	23.634,04
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.048,90	982,51
Outros gastos com o pessoal	2.929,21	2.612,82
Total	144.952,81	137.646,59

Durante o exercício de 2025, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 2 funcionários. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

14. Outras informações:

A responsabilidade por garantias prestadas pela Associação ascende a 10.000,00 euros, sendo respeitante a uma garantia bancária emitida pelo Banco Santander Totta, relacionada com o contrato de arrendamento das instalações sitas na Avenida Estados Unidos da América, 94 – 7º B.

Foram mantidas as reservas, no valor de 1.405.980,50 euros, que asseguram as contingências identificadas, que incluem as relativas aos dois processos, que corriam termos em Tribunal, a 31 de Dezembro de 2025, referentes a pedidos de reembolso por isenções por exportação.

É de referir, no entanto, que, na presente data, estes dois processos já não se encontram ativos, em virtude de desistência dos autores, em Maio de 2026.

Quanto a possíveis contingências dos vinte e cinco processos de impugnação, ainda em Tribunal, em 2024 e início de 2025, a 31 de Dezembro de 2025, nenhum destes processos se encontrava ativo, tendo para todos eles sido proferida decisão favorável à AGE COP, pelo que permaneceu a deliberação de não constituição de reservas.

15. Acontecimentos após a data do balanço:

15.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.



Associação para a Gestão da Cópia Privada

15.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção

Américo

Fernando

João

Américo

João

Contabilista Certificado

Esquivel

Certificação Legal das Contas

8



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.355.489 euros e um total de fundos patrimoniais de 25.890 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração da prestação de contas do fundo cultural relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como referido na nota 14 do Anexo, foram mantidas as reservas, no valor de 1.405.981 euros, que asseguram as contingências identificadas, que incluem as relativas aos dois processos, que corriam termos em Tribunal, a 31 de dezembro de 2025, referentes a pedidos de reembolso por isenções por exportação. No entanto, na presente data, estes dois processos já não se encontram ativos, em virtude de desistência dos autores, em maio de 2026. Quanto a possíveis contingências dos vinte e cinco processos de impugnação, ainda em Tribunal, em 2025, durante o ano continuaram a ser conhecidas decisões, todas favoráveis à AGECOP, pelo que permaneceu a deliberação de não constituição de reservas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam



adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão e atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão e atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório anual sobre a transparência

Em nossa opinião, o relatório anual sobre a transparência foi preparado de acordo com a lei aplicável (artigos 26º e 26º-A da Lei nº 26/2015, de 14 de abril, atualizada pelo Decreto-lei nº 100/2017, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei nº 89/2019, de 4 de julho, pela Lei nº 36/2021, de 14 de junho e pelo Decreto-Lei nº 47/2023, de 19 de junho) e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 15 de julho de 2026

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697

Relatório e Parecer do Fiscal Único

9



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Associados da,
AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
Lisboa

Em cumprimento do artigo 14.º dos Estatutos da Associação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pela Direção relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No desempenho das suas funções o Fiscal Único acompanhou a atividade da vossa Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão e atividades elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Associação. Procedemos ainda, à análise e apreciação do relatório anual sobre a transparência relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previsto nos artigos 26º e 26º-A da Lei nº 26/2015, de 14 de abril, atualizada pelo Decreto-lei nº 100/2017, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei nº 89/2019, de 4 de julho, pela Lei nº 36/2021, de 14 de junho e pelo Decreto-Lei nº 47/2023, de 19 de junho.

Elaborámos a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O relatório de gestão e atividades apresentado pela Direção deve ser aprovado.
2. As contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas.
3. O relatório anual sobre a transparência apresentado pela Direção deve ser aprovado.
4. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Lisboa, 15 de julho de 2026

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697